

REPRESENTAÇÃO DA POBREZA E MARGINALIDADE NO DISCURSO DO SUJEITO-ALUNO DE ENSINO PÚBLICO

Luzia ALVES –UNITAU

Introdução

A violência e a indisciplina parecem constituir as marcas generalizadamente atribuídas a esta geração escolar, às quais são associadas a características de uma geração que demonstra desinteresse pelo conhecimento escolar, resiste a regras e quebra hierarquias. Chega-se a se enunciar, inclusive, que algumas escolas teriam passado a se constituir um espaço em que o direito civil que assegura a garantia da integridade física e constitui a prerrogativa de uma sociedade civilizada não é preservada.

No espaço escolar da rede pública, no intervalo entre as aulas, em conversas informais nas salas de professores, é muito comum se ouvirem discursos dissonantes sobre a validade da inclusão. Professores comentam sobre a dificuldade que encontram em motivar os alunos à participação efetiva na construção do conhecimento¹. Na maioria das vezes, ouvem-se comentários como “O aluno não aprende porque os pais não acompanham o rendimento escolar”, ou então, “Os pais já não ensinam mais nada aos filhos. Deixam todo o trabalho para a escola”, ou ainda, “Aquela sala é apática, desinteressada. Já tentei de tudo e não sei mais o que fazer”, e por fim “Para que insistir em motivá-los, sendo que já sabemos qual o futuro que eles terão?”

Diante de tais inquietações do professorado, num sentido de verificar se o discurso dos alunos coincide com o discurso dos professores, o presente estudo tem como objetivo analisar o discurso de alunos de nível médio, de escola pública estadual da periferia de uma cidade do interior do Estado de São Paulo e identificar as representações que esses alunos fazem da realidade que os circunda. Mais especificamente, essa pesquisa objetivou analisar: 1) a representação que os alunos pesquisados fazem de pobreza; 2) a representação que os alunos pesquisados fazem da marginalidade; 3) a representação que os alunos pesquisados fazem de seus colegas; 4) a representação que os alunos pesquisados fazem de si mesmos..

A fundamentação desta investigação se insere nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa (AD), atravessado pela psicanálise. O intuito não é o de analisar o texto de forma interpretativa, pois “diferentemente da análise de conteúdo a AD considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar o sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Nesse sentido, pode-se observar que o discurso se modifica em função dos momentos e dos lugares de enunciação do sujeito. Esse sujeito é dividido desde sua constituição e só tem acesso à parte do que diz. Ele é pensado discursivamente como posição entre outras; ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui, estando preso às redes de filiações de sentidos e nos efeitos de relação de linguagem com o mundo. Essa dispersão do sujeito, as várias vozes decorrentes das posições enunciativas que o sujeito pode ocupar podem ser encontradas no discurso ou acontecimento discursivo e, de acordo com Pêcheux (1975), os sentidos em um acontecimento discursivo são pensados como efeito da presença do interdiscurso, graças à memória discursiva que direciona o dizer.

De acordo com Tavares (2003, p.190)

É preciso salientar, no entanto, que o locutor não determina, antes de começar a enunciar, qual o melhor ‘tom’ a ser empregado em seu texto; o que ocorre na verdade é que o texto assume um determinado ‘tom’ conforme a posição que o locutor ocupa no instante em que ele enuncia.

Pêcheux (1975/1988) afirma que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes correspondem. Justifica a necessidade da articulação entre o materialismo histórico e a psicanálise devido ao fato de o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estarem materialmente ligados no processo de linguagem. Para a AD, o discurso traz a exterioridade para o interior da língua, e é atravessado pela História e pela Ideologia,

¹ A concepção de construção de conhecimento vista pelos professores como conhecimento acadêmico.

ou seja, “as escolhas lexicais e uso revelam a presença de ideologias que se põem, revelando diferentemente a presença de diferentes discursos, que por sua vez expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema” (FERNANDES, 2007, p. 19). O sentido é algo produzido historicamente pelo uso e o discurso provoca o efeito de sentido entre locutores posicionados em diferentes perspectivas.

Trata-se de um sujeito heterogêneo, e conforme Authier-Revuz (1990), essa heterogeneidade é *constitutiva*, pois deve ser pensada como condição de existência dos discursos e dos sujeitos; ou, *mostrada*, na qual a voz do outro se apresenta explícita no discurso do sujeito e pode ser identificado na materialidade lingüística.

Segundo Pêcheux (1975/1988), o esquecimento 1 recebe a terminologia de *esquecimento ideológico*, pois, ao enunciar, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, o que ocorre na verdade é que ele retoma os sentidos preexistentes. O esquecimento 2 é da *ordem enunciativa* e produz nos indivíduos a ilusão de que o discurso que ele profere reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade. Esses esquecimentos contribuem para que o sujeito tenha a ilusão de que seu discurso é original (primeira ilusão) e que tem significado único (segunda ilusão). Pêcheux denomina-os como *ilusão discursiva*. Na primeira ilusão o esquecimento é inconsciente e o discurso se caracteriza pelo já-dito. Sua originalidade se apresenta apenas na situação de enunciação ou em novas condições de produção. Na segunda ilusão, o sujeito imagina o discurso unívoco, havendo apenas uma interpretação possível por todos os interlocutores. O sujeito se esquece que não há um controle sobre a linguagem e que deixa escapar, inconscientemente, significados outros.

É esse terceiro momento da teorização pecheutiana sobre o discurso que possibilita tratar da incompletude do sentido, que favorece a utilização da teoria psicanalítica da subjetividade, a partir da categoria laciana do real, juntamente com o imaginário e o simbólico pecheutiano, segundo o qual “formações imaginárias resultantes de processos discursivos anteriores, provenientes de outras condições de produção que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (PECHEUX apud TEIXEIRA, 2000, p.20).

1. Pobreza x marginalidade: a invenção social do ilícito

Antes de iniciar a análise a qual o estudo se propõe, faz-se necessário conceituar marginalidade e pobreza. Para apreender como surgiram esses conceitos, é primordial entender que eles advêm do/no termo *social* que aparece a partir de uma representação cultural da existência de um centro e de uma periferia, da saída da população do meio rural para o urbano, são os chamados *burgos*.

O centro era marcado pela idéia de boa vontade e de integração social; era onde se realizavam todas as transações econômicas. Da delimitação do centro, nasce a periferia, o entorno, e sua função simbólica do viver a margem, o não-lugar, da insignificância e do não-poder.

A pobreza está relacionada a vários fatores como renda, saúde, educação, acesso a bens, localização geográfica, sexo, origem étnica, e circunstâncias familiares. A definição de pobreza também está ligada a normas de consumo da sociedade, e outras condições consideradas necessárias para participação na sociedade. Porém a pobreza tem outras dimensões além do consumo, que incluem as doenças, o analfabetismo, a falta de acesso a serviços básicos, a insegurança, o isolamento físico e social e a exposição à violência. A marginalidade tem um componente sócio-cultural, onde a construção da realidade vai sendo edificada a partir de centros de poder.

Quanto à marginalidade, há duas correntes que se propõem a interpretá-las: a estrutural-funcional e a histórico-estrutural. Na interpretação estrutural-funcional existe uma transição da sociedade tradicional para sociedade moderna, os contingentes marginais seriam vistos com um “problema social”, incapazes de se adaptar. Em outras palavras, sua falta de integração não seria dada por leis estruturais, mas por um desajuste inevitável da situação inicial de dualismo, observável através “das discrepâncias existentes com relação ao padrão ‘normal’ de integração” (CARDOSO, 1977, p. 169, apud SOUZA).

Para a corrente histórico-estrutural não existe uma transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. O problema da marginalidade surge em uma sociedade constituída de forma heterogênea. A marginalidade se origina nas mudanças das estruturas entre capital e trabalho assalariado. Assim, a força de trabalho marginalizada pelo capital afeta todo o sistema capitalista mundial. É essa acepção que nos interessa e é a partir dela se procurou investigar o porquê de os alunos de escola pública confundirem pobreza e marginalidade com criminalidade.

Metodologicamente, o *corpus* de pesquisa se constituiu pela recolha de produção de texto de aluno, doravante A2, da 2ª série de Ensino Médio, em escola pública da periferia da cidade de São José dos Campos, cuja solicitação que lhe fora feita era que escrevesse sobre o que pensava sobre pobreza e

marginalidade, objetivando desenvolver os temas transversais, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sendo esta uma averiguação com um universo reduzido e determinado, como inquirição da preferência da pesquisadora.

2. A escritura da criminalidade: a vida marginalizada

O conceito de biopoder ou bioplítica, problematizado por Foucault, corresponde, de modo geral, à gestão das populações e da vida. Para esse filósofo, o homem é visto como uma consciência capaz de fazer sínteses e fabricar conceitos *soberanos*, é o (cor)relato de uma história que encadeia sucessões, da qual se percebe o significado oculto, uma história que a razão pode esclarecer, colocando que teriam ligação com a necessidade e o determinismo.

Ao reformular algumas idéias de Foucault (2001), Agamben (2002) retoma o conceito de biopolítica e atribui-lhe a dimensão não apenas do exercício do poder sobre a vida ou do poder soberano de decisão sobre ela, mas o esvaziamento de sentido dessa vida, o que o autor denomina *vida nua*, passíveis de destruição, podendo se pensar aqui em *vida nua* como a vida desses sujeitos-alunos que se auto-intitulam marginais e como tais, criminosos, uma vez que agregam ao termo marginalidade o sentido de criminalidade.

Algumas regularidades discursivas na escrita de A2 evidenciam que esse sujeito apresenta marcas discursivas sobre o que se pode caracterizar como sujeitos edipianos, ou seja, marcados pelo Nome do Pai, influência marcante do discurso familiar. As ocorrências de linguagem em estudo permitem constatar, a partir da materialidade posta, também a associação de marginalidade com criminalidade:

Assim sendo, em consonância com os objetivos já expostos no início, analise-se o RD2 de A2, transcrito a seguir:

RD2
A2.

Pobreza e marginalidade é um assunto muito difícil de se tratar por vários motivos, são muitos fatores que entram em questão quando tocamos nesse assunto.

Penso que a marginalidade vem de conjunto com a pobreza porque a falta de recursos financeiros é um grande passo para a vida do crime; lógico que isso não pode ser desculpa para os criminosos.

Tenho muitos colegas que tem grandes problemas financeiros, isso é muito difícil de se dar porque você não sabe se deve oferecer ajuda porque eles podem levar como deboche, mas não gosto de ver aquela situação é muito triste, isso mostra como o governo está preocupado com o nosso povo.

Amigos na marginalidade, procuro evitar mas tenho alguns, da para perceber que uma das grandes influências é as amizades inadequadas e a falta de dinheiro na família.

É difícil você tentar mudar o pensamento de uma pessoa que já entrou nessa vida por isso procuro conversa com os meus amigos que ainda não entraram nessa vida para que nunca entrem.

Ao iniciar o discurso, A2 revela não se sentir à vontade para enunciar sobre o assunto que lhe foi proposto ao enunciar *Pobreza e marginalidade é um assunto muito difícil de se tratar*. Essa dificuldade decorre do fato de ele enunciar a partir do lugar que ocupa, a posição-sujeito aluno, ao escrever para a professora, mas, constitutivamente heterogêneo, ocupando o lugar de posição-sujeito colega de classe. Parece se utilizar da introdução de seu texto para justificar o que vai enunciar no terceiro parágrafo, ao afirmar que tem colegas que justificam sua dificuldade em assumir um ponto de vista. Parece não ter sido tão por acaso que ele utiliza a forma verbal *tocamos* na passagem de seu texto em que enuncia *são muitos fatores que entram em questão quando tocamos nesse assunto*: considerando-se o contexto *são muitos fatores que entram em questão* corresponde a perceber que muitos fatores contribuem para que meus colegas se marginalizem; daí *tocamos nesse assunto* se ver revestido dos sentidos de “abordar” o assunto e “comover-se”, “sensibilizar-se”. A2 procura manter o *jogo com o outro* no discurso, mantendo-se “no espaço do não-explicito, do semidesvelado” de que fala Authier-Revuz (2004, p. 18).

Ao utilizar esse mesmo verbo na primeira pessoa do plural, *tocamos*, A2 envolve o interlocutor (a professora), instigando-a a concordar com ele sobre a dificuldade de se enunciar sobre pobreza e marginalidade, o que revela um silenciamento que parece muito comum na sociedade contemporânea, isto é, as pessoas evitam comentários sobre outras pessoas próximas de si que se envolvem ou fazem uso de entorpecentes, como se falar sobre drogas fosse um tabu.

No segundo parágrafo, A2 atribui à pobreza a condição de fator gerador da criminalidade, conforme se pode observar no excerto *marginalidade vem de conjunto com a pobreza porque a falta de recursos financeiros é um grande passo para a vida do crime; lógico que isso não pode ser desculpa para os criminosos*. A2 remete, na verdade, a um discurso do senso comum, que toma os termos de forma indistinta ou autorremissiva entre si, sob o efeito interdiscursivo: “pobreza é marginalidade” e “marginalidade é pobreza”; “pobre é bandido” e “bandido é pobre”. Eis o efeito ideológico, A2 repete um discurso corrente e produzido pela sociedade, imaginando-o seu, quando reproduz o discurso e reproduz a realidade.

No terceiro parágrafo, entretanto, A2 parece deixar escapar uma pausa necessária para estruturar seu pensamento, ao utilizar o ponto-e-vírgula, em vista de para quem está escrevendo (escreve para a professora). Por isso finaliza o período oracional em *lógico que isso não pode ser desculpa para os criminosos*, o que corrobora com o discurso politicamente correto, enredado pelo que imagina que a professora espera dele. Ao enunciar da maneira que A2 enuncia, ele deixa manifesto na materialidade lingüística, movido pelo esquecimento, a contradição em seu dizer: primeiro afirma que *a pobreza é grande passo para a vida do crime*, e logo em seguida, afetado pelo imaginário, tenta se retratar, adotando o discurso da sociedade que normatiza que a pobreza não deve ser motivo para a inserção na criminalidade. Tal efeito de linguagem no discurso de A2 concorda com a visão psicanalítica de que o sujeito é dividido, e revela que “a linguagem é duplicada em uma outra cena, pela mesma linguagem, por ela mesma” ((Authier-Revuz, 2004, p. 54). O efeito de sentido provocado por A2 é de que ele ‘cola’² o termo criminalidade à marginalidade, reforçando a teoria do descentramento do sujeito (LACAN apud AUTHIER-REVUZ, 2004). A2 provoca o efeito de surpresa naquilo que se desenrola na cena social, veiculado pelas mídias e aceito como regime de verdade.

No terceiro parágrafo, conforme já mencionado no início da análise, A2 enuncia ter colegas com *grandes problemas financeiros* faz remissão ao discurso familiar de que se devem escolher os amigos. Embora se justifique ao interlocutor (à professora) que procura não ter amigos na marginalidade, revela/confessa: *mas tenho alguns*. A2 parece afetado pela contradição inerente ao sujeito, primeiro porque fala da posição-sujeito aluno e, como tal, imagina que a professora espera dele que não tenha *amigos na marginalidade*, afetamento este gerado pelo senso comum “diga-me com quem andas, que te direi quem és”, e ao mesmo tempo, vê-se afetado pelo discurso da inclusão que guarda relação com o discurso religioso, o qual afirma que “não se deve fazer acepção de pessoas, pois Deus ama a todos igualmente”. Ao enunciar “*procuro evitar mas tenho alguns*”, A2 deixa escapar que embora saiba que deve selecionar seus colegas/amigos e tente fazê-lo, não consegue esse controle total sobre si.

A seguir, refere-se às más companhias numa remissão ao discurso paterno/materno, sob o uso de subordinada adjetiva restritiva, aludindo às causas como má companhia e falta de dinheiro, ainda sob influência do discurso binário causa e consequência, enunciada pela lógica aristotélica. Nesse mesmo parágrafo, esse sujeito demonstra sentir medo e desorientação sobre como lidar com esses colegas. Têm medo de ser mal-interpretado e retoma o interdiscurso “*é melhor ser amigo porque é mais seguro*”. A2 parece tentar manter certo distanciamento no discurso, ao utilizar a 2ª pessoa do singular no lugar de 1ª pessoa. Nesse caso, e conforme Authier-Revuz (2004, p.92), por injunção, enquanto enunciador, A2 apaga a não-coincidência do eu e do tu, ‘anexando’ o outro ao seu próprio querer, reduzindo a diferença entre ambos pela assimilação na unidade de um “nós-enunciador”, estabelecido imperativamente *por ele*, como fonte das palavras *que ele escolhe*. Também assume o discurso cristalizado sobre o descaso do governo com os menos favorecidos, ou seja, “é culpa do governo”, (re)assumindo o discurso do “politicamente correto” da responsabilidade social. Há aqui a incidência do nexos *vida nua* e a *violência jurídica*, “a qual entrega o vivente, inocente e infeliz, à pena, que expia a sua culpa e purifica também o culpado, não porém de uma culpa, e sim do direito” (BENJAMIN apud AGAMBEN, 2002, p. 73).

No quarto parágrafo, contudo, justifica embora saiba que deve selecionar seus colegas/amigos, segundo critérios da nomeação, do desvio, A2 mantém-se na posição-sujeito de amigo, assumindo o tom de aconselhamento fraternal lembrando o já-dito “*amigo é aquele que aconselha, que conversa, que escuta*”. Sendo assim, A2 parece se aproximar daquele que se encontra na zona da indiferença, pelo fato de supor que seja possível reverter essa condição de julgamento que se faz pelo poder constituinte, uma vez que

² Numa relação Significante X Significante

aquele que se encontra na posição de poder constituído é-lhe confiado “a decisão soberana sobre a exceção” (AGAMBEM, 2002, p. 34).

Segundo UYENO (2009, p.1307), as evidências mais denunciadoras da herança indelével do *homo sacer*; apresentam-se aos nossos espaços urbanos para percebermos o quanto estamos cercados dessas zonas, nas quais se incluem vidas nuas matáveis, colocando em xeque o conceito de cidadania.

3. Considerações finais

A opção analítica subjacente à formulação das considerações finais consiste em privilegiar dois eixos cruciais – a marginalidade que é nomeada como criminalidade e a marca do Nome-do-Pai, presente no dizer do sujeito-aluno de nível médio. Tanto a nomeação como a interdição feita pelo Nome-do-Pai podem ser considerados fenômenos coletivos.

Face ao exposto, ainda que de forma incipiente, por se tratar de estudo em andamento, é patente divisar que das relações imaginárias e do confronto do/com o Outro, esse sujeito simboliza-se a partir da realidade a qual está exposto, pela identificação com o outro a partir das formações discursivas herdadas, pelo fato de a nomeação de marginalidade ser suplantada por criminalidade evidenciando o efeito de sentido provocado por esta devido à faixa etária e o *locus vivendi* no qual se encontra esse sujeito oriundo de escola pública de periferia.

De acordo com Foucault, há a questão da historicidade do conceito, isto é, cada conceito tem sua história e surge em determinado momento da história. Assim sendo, o discurso científico real, cujo elemento principal é um conceito historicizado, tem pretensões à verdade e expressa uma racionalidade.

A análise dos ditos/já-ditos de A2 revelou um discurso heterogêneo afetado, por um lado, pela memória discursiva pela qual associa pobreza à marginalidade, (con)fundindo exclusão social com criminalidade, especificamente com envolvimento e uso de entorpecentes; por outro, quando se refere a seus colegas, produzem um efeito de sentido de marginalidade que não é o da transgressão.

Vale lembrar ainda que esse sujeito, embora conduzido pela dupla exclusão inclusiva, procura de certo modo adentrar aquilo que Foucault (2001, 88-9) chama de biopoder, que significa compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

O que se pode concluir da análise do discurso de A2 é que, embora seja um sujeito heterogêneo e traga em seu discurso os que o leva à nomeação de “homo sacer” ou mesmo que o caracterizem como “sujeito infame”, ele não nomeia os colegas/amigos. Não o faz porque resiste, convive com os amigos e, por isso, “percebe” o caráter externo e portanto ideológico da nomeação do excluído economicamente como marginal. Também não aceita para si tal nomeação, uma vez que ao falar do outro, fala também de si, por meio da escrita. Revelou, ainda, que os discursos neutralizadores das diferenças apenas marcam e aprofundam as desigualdades.

Referências

- AGAMBEN, G. *Homo sacer – O poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 (Humanitas).
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*, 19. Campinas, IEL. 1990.
- _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos, Claraluz, 2007, 128p.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 14 ed., Rio de Janeiro, Graal, 2001.

- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999, p. 17.
- PÊCHEUX, M (1975/1988). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- TEIXEIRA, Marlene. *Análise de Discurso e Psicanálise*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- UYENO, .E.Y. *Equívocos em escrita de adolescentes (in)fames: materialidades da língua e da alíngua no discurso sobre a inclusão*. In: 27. VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística - Abralín, 2009, Paraíba. Anais do 27. VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística - Abralín. Paraíba : Idéia, 2009. p. 1305-1314.

Site

- CARDOSO, F.H. O Modelo político Brasileiro e outros ensaios. Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 169. In: SOUZA, M.B. *A atualidade do debate da marginalidade social: notas contra o predomínio do pragmatismo e do individualismo no estudo das relações de trabalho*. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/marcosbarcellosdesouza.pdf> acesso em 03/01/2010